

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E
PERSPECTIVAS TRANSFORMADORAS NO CONTEXTO ESCOLAR
CONTEMPORÂNEO**

**AUTOR: CYNTHIA DÉBORA DA CUNHA DE OLIVEIRA;
ROBSON SANTOS DA SILVA**

Resumo

Este artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão, por meio de legislações e normativas, acerca da Educação Especial e Inclusiva. Visa ainda analisar os avanços na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI), bem como ressaltar o papel da tecnologia assistiva (TA), além de abordar a relevância das estratégias colaborativas e os desafios enfrentados no ambiente escolar. Ressalta-se que este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica consultando diversos autores indicados na syllabus e legislações a respeito do tema. A análise dos dados coletados foi feita mediante as discussões teóricas e os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada a fim de responder os objetivos propostos. Desse modo, conclui-se destacando que não é suficiente que o poder público apenas disponibilize recursos, como as Tecnologias Assistivas. É necessário promover o diálogo, incorporar ações colaborativas e aplicar metodologias e tecnologias eficientes no contexto escolar, a fim de garantir uma educação

especial genuinamente inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva. PEI. TA. Desafios.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como tema Educação Inclusiva: Fundamentos, Práticas e Perspectivas Transformadoras no Contexto Escolar Contemporâneo. Destaca-se a escolha pelo tema em virtude de reconhecer a importância de se discutir, na atualidade, a temática em questão, uma vez que a Educação Especial e Inclusiva necessita ser dialogada e implementada de maneira séria e eficaz.

Quanto a metodologia do presente estudo, o mesmo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, no qual foram consultados diversos autores sobre o tema, bem como os materiais disponíveis na syllabus da disciplina MED – 505.

O artigo traz como propósito promover uma análise, com base em legislações e diretrizes, sobre a Educação Especial e Inclusiva. Busca também examinar os progressos na adoção do Plano Educacional Individualizado (PEI), evidenciar a importância das tecnologias assistivas (TA), além de discutir a pertinência das práticas colaborativas e os obstáculos presentes no contexto escolar.

Diante do exposto, destaca-se que o trabalho acadêmico está organizado em algumas seções. A iniciar por essa introdução, onde consta de forma resumida, todo o percurso do trabalho, na sequência tem-se o desenvolvimento, que contará com fundamentação teórica, materiais e métodos; e os resultados e discussão. Posteriormente, tem-se a conclusão e para

finalizar, apresentam-se as referências do trabalho proposto.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: LINHA DO TEMPO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nesta seção do artigo, aborda-se os principais fundamentos da educação especial no Brasil, bem como as principais legislações que regem essa modalidade da educação básica.

A iniciar, vale ressaltar que, para chegar na contemporaneidade, houveram inúmeras lutas para que as pessoas com deficiência fossem incluídas e de fato, respeitadas e respaldadas por lei. É importante frisar que não é um assunto novo, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei 4.014/61, apesar de limitada, já abordava o assunto.

Além da LDB de 1961, tem-se um marco com a Constituição Federal de 1988, pois abordava de maneira mais significativa, o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, afirmando a garantia à educação especial, preferencialmente, na rede regular de ensino, sendo de responsabilidade do Estado a efetivação de tal direito.

Ao falar de educação especial, fala-se também da Declaração de Salamanca de 1994, pois foi na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que essa modalidade ganhou mais notoriedade e garantias mundiais.

Atualmente, tem-se a LDB 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases mais atual, a qual traz um capítulo inteiro sobre essa modalidade, algo importantíssimo na contemporaneidade. Além disso, tem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, documento importante porque traz definições e conceitos específicos da educação especial no

Brasil.

Em 2008, teve-se também a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, a qual apresenta uma definição do público-alvo, princípios centrais e diretrizes práticas, especificando cada vez mais a temática em questão.

Para finalizar essa linha do tempo com as principais leis que fizeram da educação especial ser o que é hoje, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015 - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – a mesma traz ainda mais consistência para a temática. Aborda de maneira sucinta, os direitos fundamentais à pessoa com deficiência em diversos níveis e etapas, bem como os deveres do poder público com esta modalidade.

Deste modo, conclui-se esta seção, apresentando uma reflexão acerca do que é uma Educação Especial, pois é uma modalidade de ensino, regulamentada por esta nomenclatura pela LDB. E Já a Educação Inclusiva, é uma concepção de direitos e inclusão, é respeitar e possibilitar equidade a todos os indivíduos de maneira significativa. Juntas, as duas se complementam e são, na verdade, indissociáveis.

2.1. PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Sabe-se que o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Vale ressaltar seu marco e sua implementação com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei 13.146/2015, na qual determina o uso de medidas individualizadas, como o

(PEI), para promover o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência.

A unidade II da disciplina MED 505 destaca um artigo de Fontana, Cruz & Paula (2019) qual traz uma contribuição importante acerca do uso do (PEI) como estratégia de inclusão e aprendizagem. Faz menção que a utilização do mesmo promove autonomia e participação do estudante, pois foca nas características e potencialidades de cada aluno de maneira particular, possuindo base colaborativa, pois envolve família, professor e profissionais de apoio.

Em suma, com o (PEI) implementado de forma adequada, tem-se um ambiente escolar mais inclusivo, assertivo e impulsionador de resultados.

2.2. O PAPEL DA TECNOLOGIA ASSISTIVA - (TA)

Sabe-se que a Tecnologia Assistiva - (TA) tem um papel primordial no atendimento educacional especializado, pois promove acesso, independência e a capacidade de participar de atividades de forma integrada, que antes seriam praticamente “inacessíveis”.

Vale ressaltar que o artigo intitulado A tecnologia assistiva como facilitadora no processo de inclusão de Fachinetti & Carbone Carneito (2017), indicado na syllabus da unidade III, aborda a utilização dessa tecnologia na educação inclusiva no Brasil, traz uma reflexão acerca da (TA) como uma ferramenta de suma importância no processo de escolarização, uma vez que possibilita acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Em resumo, a (TA) possibilita oportunidades reais de inclusão dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino, promovendo autonomia e potencializando o aprendizado.

2.3. A RELEVÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS

Nesta etapa do artigo, aborda-se a respeito do ensino colaborativo, em que Coll (1997) destaca que:

A aprendizagem colaborativa é uma metodologia de ensino que se baseia na interação e no trabalho em equipe para promover a aprendizagem individual e coletiva. Através da aprendizagem colaborativa, os alunos constroem conhecimentos de forma conjunta, compartilhando suas ideias, experiências e conhecimentos (Coll, 1997, p. 10).

Diante do exposto, entende-se o ensino colaborativo como um modelo de prestação de serviços, onde dois ou mais educadores, nesse contexto de educação especial - um professor regular e um professor da educação especial – atuam junto no planejamento, instrução e avaliação dos alunos na sala de aula regular.

Dessa forma, Dainez & Smolka (2014) abordam o conceito de compensação, no diálogo entre Vigotski e Adler, no qual relatam que para Vigotski a compensação implica do responsabilidade social, ou seja, o meio interfere diretamente no desenvolvimento do indivíduo, destacando a importância de se ter nas salas regulares, recursos e materiais adequados aos alunos com deficiência.

Diante disso, conclui-se apresentando a relevância das estratégias colaborativas para o ensino na educação especial, possibilitando alternativas poderosas para a inclusão de alunos e a inserção de atividades adequadas ao público em questão.

2.4. DESAFIOS ENFRENTADOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Nesta seção, busca-se refletir acerca dos desafios enfrentados no ambiente escolar, uma vez que, apesar de todas as legislações e suportes da atualidade, ainda existem empecilhos na implementação de tecnologias assistivas e suportes pedagógicos adequados ao público da educação especial.

Conforme destacado anteriormente, apesar de todos os avanços legais referente a Educação Especial, como a Lei Brasileira de Inclusão - 13.146/2015, ainda há muito o que se fazer para a verdadeira implementação de práticas inclusivas. O autor Mantoan (2006) destaca que “a presença do aluno com deficiência na escola não garante, por si só, a inclusão, se não houver transformação das concepções, atitudes e estratégias pedagógicas adotadas no cotidiano escolar.”

Diante do exposto, no artigo intitulado A tecnologia assistiva como facilitadora no processo de inclusão de Fachinetti & Carbone Carneito (2017), destaca que, para que haja a efetivação de forma inclusiva desses suportes tecnológicos, faz-se necessário políticas de financiamento, fornecimento e implementação eficaz desses recursos. Além disso, não basta só possuir essas ferramentas no ambiente escolar, é necessário que os profissionais da educação recebam formações pedagógicas adequadas para o bom funcionamento e sucesso no contexto educacional.

3. MATERIAL E MÉTODO

Esta seção do artigo científico apresenta o percurso metodológico do estudo realizado, com indicação do tipo e abordagem da pesquisa realizados para este fim. Nesse sentido, Gil (2002) ressalta que uma pesquisa acontece quando, baseando-se no conhecimento existente, são

utilizadas metodologias, técnicas e ferramentas científicas na busca e construção do conhecimento. Neste sentido, o trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica, onde Marconi & Lakatos (2003) destacam: Os livros ou textos selecionados servem para leituras ou consultas; podem ajudar nos estudos em face dos conhecimentos técnicos e atualizados que contêm, ou oferecer subsídios para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo seminários, trabalhos escolares e monografias (Marconi & Lakatos, 2003, p. 20).

Quanto à abordagem do trabalho, ela é definida como qualitativa, onde Severino (2008) ressalta a importância desse tipo de enfoque no campo acadêmico científico, uma vez que: A aquisição, por parte dos estudantes universitários, de uma postura investigativa não se dá espontaneamente por osmose, nem artificialmente por um receituário técnico, mecanicamente incorporado. De acordo com as premissas anteriormente colocadas, a aprendizagem universitária tem muito mais a ver com a incorporação de um processo epistêmico do que com a apropriação de produtos culturais, em grande quantidade (Severino, 2008, p. 23).

Dessa forma, o presente trabalho propôs uma reflexão sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, com base nas obras indicadas na syllabus, visando a uma melhor compreensão dessa modalidade educacional na contemporaneidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de todo material consultado, pode-se concluir que a Educação Especial e Inclusiva passou por grandes avanços legislativos e normativos, uma transição, de fato, do modelo histórico da antiguidade, para o que se tem hoje, algo mais sociável, levando em consideração desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, até a Lei Brasileira de Inclusão de 2015,

o que traz uma reflexão acerca da importante atuação do poder público, e consequentemente da escola, família e sociedade como um todo.

Desse modo, compreende-se que muita coisa avançou, entretanto, ainda se observa, na atualidade, empecilhos significativos no contexto escolar para que haja a verdadeira inclusão. Pois, o ambiente escolar deve ser um espaço de descobertas, aprendizado, construção e reflexão. Quando o professor reflete sobre sua prática em sala de aula, ele deve levar em conta que esse ambiente deve ser:

Um espaço propício para a reflexão, onde os alunos se sintam à vontade para compartilhar suas ideias e questionamentos. O professor pode estimular a reflexão através de diversas estratégias, como debates, discussões em grupo, escrita reflexiva e atividades que incentivem o pensamento crítico (Meirelles, 2009, p. 23).

Diante do exposto, é importante frisar que não basta só o poder público viabilizar ferramentas tecnológicas, é preciso que haja diálogo, inclusão de estratégias colaborativas. Além disso, é imprescindível que ocorra a implementação de tecnologias e práticas eficazes no ambiente escolar, para que se efetive, de fato, uma educação especial verdadeiramente inclusiva.

5. CONCLUSÃO

No início do trabalho foi proposto como objetivos refletir acerca da Educação Especial e Inclusiva, além de analisar os avanços na implementação do Plano Educacional Individualizado

(PEI); ressaltar o papel da tecnologia assistiva (TA); abordar a relevância das estratégias colaborativas e os desafios enfrentados no ambiente escolar.

Ressalta-se que os objetivos foram alcançados, pois por meio da pesquisa realizada, foi possível identificar o quanto é importante e imprescindível que o poder público viabilize ferramentas tecnológicas assistivas e os profissionais da educação incluam-na em suas aulas de maneira significativa e responsável, a fim de possibilitar uma aprendizagem mais significativa, duradoura e inclusiva.

Espera-se que esta pesquisa possa ser continuada em outro momento e até mesmo, sirva de embasamento para outros profissionais da educação que tenham o mesmo interesse pelo tema, pois sabe-se que a Educação Especial é uma modalidade de educação garantida por meio de legislações e normativas, e precisa ser, antes de tudo, implementada com segurança e responsabilidade. Além disso, é importante frisar que as instituições educacionais reconheçam a importância desta modalidade - não só para alunos com deficiência, mas para todos os estudantes de maneira geral - como direito fundamental, promovendo formações continuadas aos docentes e disponibilizando recursos pedagógicos educativos aos profissionais.

Referências

Brasil. (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2008). Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. MEC.
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2001). Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

Coll, C. (1997). Aprendizagem colaborativa: definindo a sua natureza. In C. Coll et al., O aprendizado colaborativo: dilemas e perspectivas (pp. 9–24). São Paulo: Cortez.

Dainez, D., & Smolka, A. L. B. (2014). O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. *Educação e Pesquisa*, 40(4), 1093–1108. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014071545>

Fachinetti, T. A., & Carbone Carneiro, R. U. (2017). A tecnologia assistiva como facilitadora no processo de inclusão: das políticas públicas à literatura. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 21(n. esp. 3), 1588–1597.
<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp3.2017.10093>

Fontana, E. C., Cruz, G. de C., & Paula, L. A. de. (2019). Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física. *Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional*, 9(2), 118–131.
<https://doi.org/10.25757/invep.v9i2.188>

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Mantoan, M. T. E. (2006). Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos da metodologia científica (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Meirelles, F. (2009). Didática: problematização e construção do conhecimento. São Paulo: Cortez.

Severino, A. J. (2008). Ensino e pesquisa na docência universitária: Caminhos para integração São Paulo: FEUS.

Unesco. (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas

especiais. Conferência Mundial de Educação Especial: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por